



SENADO FEDERAL  
Gabinete Senadora Teresa Leitão

**REQUERIMENTO Nº DE - CE**

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de promover o lançamento nacional da Campanha Mundial pela Educação Pública.

Proponho para a audiência a presença dos seguintes convidados:

- o Senhor Camilo Santana, Ministro de Estado da Educação;
- o Senhor David Edwards, Secretário Geral da Internacional da Educação (IE);
- o Senhor Marlova Jovchelovitch Noletto, Diretora e Representante da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO);
- o Senhor Heleno Araújo Filho, Presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE) e Coordenador do Fórum Nacional de Educação (FNE).

**JUSTIFICAÇÃO**

A nossa Constituição é bem instruída ao estabelecer que a educação, direito de todos e dever do Estado e da família, deve ser promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.



Esta inscrição constitucional representa um marco civilizatório avançado com o horizonte estratégico de elevar a educação à política de Estado e direito humano fundamental. Falamos, portanto, de um direito humano universal cuja realização desafia o nosso país e o nosso planeta, nos marcos da nossa Declaração Universal dos Direitos Humanos que, neste ano de 2024, chega aos seus 76 anos como instrumento inspirador e marco para exigibilidade de direitos e garantias.

Precisamos construir e consolidar, ainda, uma vontade política que, de fato, priorize a educação, aumente o seu financiamento e invista, forte e decisivamente, nos nossos profissionais da educação. Governos precisam, invariavelmente, investir cada vez mais equitativamente na educação.

Neste sentido, é absolutamente relevante e central reconhecer que as organizações representativas do campo educacional promovem ações globais e nacionais dedicadas a criar um futuro melhor para estudantes, melhorar a remuneração e as condições de trabalho dos/as profissionais da educação, ampliar o respeito à dignidade de exercício profissional de docentes e funcionários do ensino público, estimular a permanência, o aperfeiçoamento e a progressão profissional, em suma, para avançar na qualidade social da educação nacional.

São, portanto, muitos os esforços de sindicatos, entidades acadêmicas e da sociedade civil em geral nas lutas e reivindicações por políticas robustas de Estado para construir uma educação pública inclusiva e de qualidade para todos e todas, em todo o planeta.

Desta forma, propomos debater os vários esforços de mobilização, em nível local, nacional, regional e global, em relação aos compromissos legais com o financiamento educacional justo e necessário para implementar as várias recomendações, nacionais e globais, voltadas à garantia do direito de cada



estudante e de cada profissional da educação a um ambiente de aprendizagem de qualidade, democrático e inclusivo.

Sala da Comissão, 5 de novembro de 2024.

**Senadora Teresa Leitão**  
**(PT - PE)**

